

Reunião de 23 de abril de 2019

----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia vinte e três de abril do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, no edifício dos paços do concelho e na sala de reuniões do gabinete do presidente, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do excelentíssimo senhor vice-presidente da Câmara, Evaristo António Neves, e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Manuel da Ressurreição Cordeiro, Joana Filipa Vicente da Silva, Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira e, comigo, António Luís Moreira, técnico superior jurista, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo senhor vice presidente da Câmara, Evaristo António Neves, foi deliberado justificar a falta do senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, por se encontrar numa reunião em Lisboa, em representação do Município com o Sua Ex.^a o Ministro das Infraestruturas, bem como justificar ainda a falta do vereador Daniel Ribeiro Salgado, por motivos profissionais e de seguida proceder, à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

----- **BALANCETE:** - Foi presente o balancete do pretérito dia dezoito de abril de dois mil e dezanove. Verificou-se um total de disponibilidades na importância de quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, vinte e oito euros e sessenta e sete cêntimos (€4.334.028,67). -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **INTERVENÇÃO APRESENTADA PELO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

-----**VOTOS DE PESAR:-** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de pesar, proposto pelo Senhor Vice Presidente pelo falecimento do Sr. Manuel António Martins, pai da trabalhadora desta Câmara, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto e apresentar as sentidas condolências à família enlutada.-----

-----**INTERVENÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO VEREADOR MANUEL CORDEIRO:** O vereador Manuel Cordeiro tomou a palavra e ditou para a ata a intervenção escrita que a seguir se transcreve: “ Exmo Senhor Presidente

Reunião de 23 de abril de 2019

Agradeço os Votos de Santa Páscoa que me enviou por correio. O meu agradecimento é extensivo ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal que também foi emissor do referido convite." -----

ORDEM DO DIA

-----**1. ATAS** – APROVAÇÃO DA ATA N.º07/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE ABRIL DE 2019: - Foi presente a ata número sete barra dois mil e dezanove da reunião ordinária do dia nove de abril do ano de dois mil e dezanove, cuja cópia foi previamente distribuída a todos os membros do Executivo. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade. -

2 GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO:

- **PEDIDO DE MARIA CLEMÊNCIA PIRES ANDRADE – CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – EMISSÃO DE CERTIDÃO SOBRE O PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL (ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL).**

- 3 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE ELISABETE MARIA LOPES GOMES PROPRIETÁRIA DO CAFÉ SNACK BAR SABOR, LDA. PARA COLOCAÇÃO DE UMA ESPLANADA NA AVENIDA DO SABOR EM MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**

- 4 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE CRISTINA DOS ANJOS PALHAS BEIROTO PARA PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS PARA O FILHO KÉVIM LEONARDO PALHAS BRANCO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**

- 5 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE MARIA DAS DORES OLIVEIRA PARA PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**

- 6 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE ANA FILIPA**

Reunião de 23 de abril de 2019

CARDOSO PEREIRA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

- 7 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE LUCINDA DE JESUS PEREIRA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 8 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE ALCINA DOS ANJOS CHARDO REIGADA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 9 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE ALCINA DOS ANJOS CHARDO REIGADA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS PARA A FILHA SANDRA DOS ANJOS BRANCO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 10 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE MARIA ELISABETE CORREIA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 11 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE CÂNDIDA DO NASCIMENTO RAMALHO REGO PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 12 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE JOSÉ HUMBERTO LOPES REGO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 13 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO ATÉ AO LIMITE DE SEIS MESES DE DINA DOS ANJOS CORREIA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**

Reunião de 23 de abril de 2019

- 14 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO À MELHORIA DO ALOJAMENTO DE FELISBERTO ALEIXO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.
- 15 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE ASHWANI SHARMA PARA ANULAÇÃO DA DÍVIDA RELATIVA ÀS REFEIÇÕES ESCOLARES DAS DUAS FILHAS DRISHTY E KAVYA ATÉ À ATRIBUIÇÃO DO ABONO DE FAMÍLIA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.
- 16 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA EMPRESA AGS, S.A. PARA LIBERTAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA N.º 125-02-1727856 REFERENTE A “PROJETO E EXECUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE BEMPOSTA” – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.
- 17 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO SOBRE A COMUNICAÇÃO DA EMPRESA AMBIÁGUA, S.A. DA ENTRADA DO SUBEMPREENHEIRO ERNESTO F. VIEIRA LOPES UNIPESSOAL, LDA. EM OBRA “REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE URRÓS” PARA EXECUÇÃO DA REDE DE COLETORES – DESPACHO AUTORIZADOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO.
- 18 APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DE NOÉMIA CRISTINA FERREIRA PINTO MACÁRIO PARA CRIAÇÃO DO PRÓPRIO POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.
- 19 APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DA EMPRESA PLAMIR, LDA. PARA A CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.
- 20 PEDIDO DE LUÍS FILIPE MARCOS CASTRO A SOLICITAR UMA INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS PROVOCADOS NA SUA VIATURA



Reunião de 23 de abril de 2019

POR TRABALHOS LEVADOS A EFEITO PELA EQUIPA DE JARDINAGEM DA AUTARQUIA EM FRENTE À EB1 E JF DE MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

21 ASSOCIAÇÃO DO PERDIGUEIRO PORTUGUÊS DE GRAÍNHO-SANTARÉM – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA A REALIZAÇÃO DO XIII ENCONTRO NORTE DA ASSOCIAÇÃO DO PERDIGUEIRO PORTUGUÊS EM MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

22 PEDIDO DA COMISSÃO DE FESTAS NOSSA SRA. DO CAMINHO MOGADOURO 2019 PARA UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO E ESTÁDIO MUNICIPAL NO DIA 28 DE ABRIL PARA UM CONVÍVIO DA MORDOMIA COM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS – ANÁLISE E INFORMAÇÃO.

23 PEDIDO DE COLABORAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MOTARD “OS TEMPLÁRIOS” PARA O PLANO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

2. GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO:

-----PEDIDO DE MARIA CLEMÊNCIA PIRES ANDRADE- CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE- EMISSÃO DE CERTIDÃO SOBRE O PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL (ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um requerimento de Maria Clemência Pires Andrade, datado de catorze de março do ano em curso, com morada na rua de Santa Cruz nº29, da freguesia de Penas Roias, registado com o número duzentos e oitenta e seis barra dezanove, em que solicitou, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei 64/2003 de 23 de agosto, alterada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, a emissão de certidão em como a Câmara Municipal não vê inconveniente e, é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade ou aumento de compartes sobre o prédio rústico inscrito na matriz com o número 223 secção B, denominado por Pena Moucheira, sito na freguesia de Penas Roias, deste concelho. -----

----- A arquiteta, Alexandra Machado, da OTU-Ordenamento do Território e Urbanismo, na sua análise/informação número trezentos e setenta e três, de dezassete de abril, informou o seguinte: -----

----- “

Reunião de 23 de abril de 2019

----- A Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, trata das áreas urbanas de génese ilegal, no art.º 54.º do referido diploma diz: -----

... "Medidas preventivas -----

1 – A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios."... -----

Tendo em atenção o atrás referido deixo à apreciação superior de V.Ex.^a o deferimento do pedido." -----

----- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido da requerente, procedendo os Serviços competentes à emissão de certidão nos termos requeridos. -----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE ELISABETE MARIA LOPES GOMES PROPRIETÁRIA DO CAFÉ SNACK BAR SABOR, LDA. PARA COLOCAÇÃO DE UMA ESPLANADA NA AVENIDA DO SABOR EM MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Foi presente um requerimento da sociedade Café Snack Bar, Sabor Ld.^a, datado de 25 de fevereiro do corrente ano, devidamente assinado pela respetiva gerente, Elisabete Maria Lopes Gomes, a solicitar autorização para colocação de uma esplanada, em frente ao seu restaurante na Avenida do Sabor, na vila de Mogadouro, á semelhança de anos anteriores, para o período compreendido entre o dia quinze de março de dois mil e dezanove e quinze de outubro de dois mil e dezanove, comprometendo-se, no fim daquele período a desmontar a estrutura e deixar o espaço limpo.-----

----- Sobre o assunto, a fiscalização municipal refere que o mesmo já foi objeto de informação por parte da fiscalização em anos anteriores e que a esplanada a instalar ocupa o espaço de dois estacionamento, tendo a Câmara Municipal na reunião de oito de novembro do ano de dois mil e dezasseis autorizado a ocupação de vinte e quatro metros quadrados nesse



Reunião de 23 de abril de 2019

local, mais referindo que a Câmara autorizou a mesma esplanada, em reunião de vinte e quatro de abril do ano de dois mil e dezoito, nos meses de maio, junho, julho e agosto, devendo proceder á retirada da mesma até ao dia sete de outubro do mesmo ano.-----

----- A arquiteta, Alexandra Machado, da OTU-Ordenamento do Território e Urbanismo, na sua informação número mil setecentos e dezanove de dois de abril refere o afirmado pela fiscalização municipal mantendo a sua informação anteriormente proferida sobre o assunto.-----

---- Analisado o pedido, o executivo, tendo em conta as informações prestadas, deliberou por unanimidade, indeferir o pedido formulado pela requerente e manter o deferimento da colocação da esplanada desde o dia quinze de maio até ao dia sete de outubro de dois mil e dezanove, conforme deliberações anteriores sobre o assunto.-----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----4. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE CRISTINA DOS ANJOS PALHAS BEIROTO PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS PARA O FILHO KÉVIM LEONARDO PALHAS BRANCO

– ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Cristina dos Anjos Palhas Beiroto, datado de vinte e oito de março de dois mil e dezanove, com morada na rua de Angola nº33 - Bairro do Salgueiral, deste concelho, registado com o número três mil e quarenta e nove barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, para o seu filho Kévim Leonardo Palhas Branco, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número mil setecentos e trinta e quatro barra dois mil e dezanove, de quatro de abril, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

Reunião de 23 de abril de 2019

----- “O presente pedido de apoio para a comparticipação municipal em medicamentos destina-se ao filho, menor de idade, da Sr.^a Cristina dos Anjos Beiroto, de nome Kévim Leonardo Palhas Branco, que tal como referido na sua situação de saúde apresenta problemas a nível respiratório, pelo que necessita de medicação do uso continuado, sendo que a interrupção da sua toma poderá colocar em causa a condição de saúde do menor.-----

----- Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que este pedido efetuado pela Sr.^a Cristina para seu filho **cumpre** os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois a requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

-----Deste modo, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido, ao menor Kévim Leonardo Palhas Branco, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros). -----

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe ao filho menor Kévim Leonardo Palhas Branco um cartão de comparticipação de medicamentos até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove.-----

-----5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE MARIA DAS DORES OLIVEIRA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Maria das Dores Oliveira, datado de quatro de abril de dois mil e dezanove, com morada na rua do Passo, nº17, na freguesia de Azinhoso deste concelho, registado com o número três mil duzentos e setenta e dois barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo



Reunião de 23 de abril de 2019

com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número mil novecentos e sete barra dois mil e dezanove, de onze de abril, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da Sr.^a Maria das Dores Oliveira **cumpre** os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a) b), c) e d) do mesmo, pois a requerente tem 65 anos de idade, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

-----Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove.-----

----6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE ANA FILIPA CARDOSO PEREIRA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS

– ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Ana Filipa Cardoso Pereira, datado de quatro de abril de dois mil e dezanove, com morada na rua das Eiras, nº128, rés do chão, em Mogadouro, registado com o número três mil duzentos e setenta e três barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

Reunião de 23 de abril de 2019

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número mil novecentos e nove barra dois mil e dezanove, de onze de abril, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da Sr.^a Ana Filipa Cardoso Pereira, **cumpre** os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois a requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

-----Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove.-----

----7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE LUCINDA DE JESUS PEREIRA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS

– ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:- Foi presente um requerimento de, Lucinda de Jesus Pereira, datado de quatro de abril de dois mil e dezanove, com morada na rua da Estrada nº13, no lugar das Quintas das Quebradas, Freguesia de Castelo Branco, deste concelho, registado com o número três mil duzentos e setenta e quatro barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número mil novecentos e

fw

Reunião de 23 de abril de 2019

dezasseis barra dois mil e dezanove, de onze de abril, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica da Sr.^a Lucinda de Jesus Pereira, verificou-se que o seu pedido, não **cumpr**e todos os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que não obedece ao estipulado na alínea d) do mesmo, pois o seu rendimento *per capita* é superior a 50% do salário mínimo nacional.-----

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de apoio formulado pela requerente.-----

-----8. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE ALCINA DOS ANJOS CHARDO REIGADA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Alcina dos Anjos Chardo Reigada, datado de cinco de abril de dois mil e dezanove, com morada na Travessa da Canada, lugar de Santiago, na freguesia de Vila de Ala deste concelho, registado com o número três mil trezentos e sessenta barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número mil novecentos e dezasseis barra dois mil e dezanove, de onze de abril, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da Sr.^a Alcina dos Anjos Chardo Reigada, **cumpr**e os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois a requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

Reunião de 23 de abril de 2019

-----Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove.-----

-----9. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE ALCINA DOS ANJOS CHARDO REIGADA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS PARA A FILHA SANDRA DOS ANJOS BRANCO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:-

Foi presente um requerimento de, Alcina dos Anjos Chardo Reigada para a sua filha Sandra dos Anjos Branco, datado de cinco de abril de dois mil e dezanove, com morada na Travessa da Canada, lugar de Santiago, na freguesia de Vila de Ala deste concelho, registado com o número três mil trezentos e sessenta e um barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número mil novecentos e dezoito barra dois mil e dezanove, de onze de abril, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da Sr.ª Alcina dos Anjos Chardo Reigada, **cumpre** os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois a requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

Reunião de 23 de abril de 2019

-----Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à menor Sandra dos Anjos Branco, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00), para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove, devendo o cartão ser emitido em nome da menor Sandra dos Anjos Branco .-----

-----10. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE MARIA ELISABETE CORREIA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS –

ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:-Foi presente um requerimento de, Maria Elisabete Correia datado de cinco de abril de dois mil e dezanove, com morada na Rua de Timor Leste nº12, em Mogadouro, registado com o número três mil trezentos e sessenta e dois barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número mil novecentos e oitenta e três barra dois mil e dezanove, de doze de abril, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da Sr.ª Maria Elisabete Correia, **cumpre** os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois a requerente encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitora no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

Reunião de 23 de abril de 2019

-----Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove.-----

-----11. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE CÂNDIDA DO NASCIMENTO RAMALHO REGO PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:- Foi presente um requerimento de, Cândida do Nascimento Ramalho Rego, datado de quinze de abril de dois mil e dezanove, com morada Estrada Nacional nº315, nº51, na freguesia de Meirinhos deste concelho, registado com o número três mil seiscentos e noventa e um barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois mil e vinte e três barra dois mil e dezanove, de dezassete de abril, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da Sr.ª Cândida do Nascimento Ramalho Rego, **cumpre** os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a), b), c) e d) do mesmo, pois a requerente tem mais de 65 anos de idade encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

-----Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em

Reunião de 23 de abril de 2019

medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove.-----

-----12. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE JOSÉ HUMBERTO LOPES REGO PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS –

ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:- Foi presente um requerimento de, José Humberto Lopes Rego, datado de quinze de abril de dois mil e dezanove, com morada Estrada Nacional nº315, nº51, na freguesia de Meirinhos deste concelho, registado com o número três mil seiscentos e noventa e dois barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois mil e vinte e quatro barra dois mil e dezanove, de dezassete de abril, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido do Sr. José Humberto Lopes Rego, **cumpre** os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a), b), c) e d) do mesmo, pois o requerente tem mais de 65 anos de idade encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

-----Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido ao requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).” -----

Reunião de 23 de abril de 2019

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove.-----

-----13. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO ATÉ AO LIMITE DE SEIS MESES DE DINA DOS ANJOS CORREIA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:-

Foi presente um requerimento de, Dina dos Anjos Correia, datado de vinte e oito de março de dois mil e dezanove, com morada na rua do Norte, número vinte, primeiro andar, na localidade de Mogadouro deste concelho, registado com o número três mil e quarenta e quatro barra dezanove, em que solicitou, nos termos do artigo sexto do Regulamento para a Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Mogadouro, apoio ao arrendamento de habitação até ao limite de seis meses. -----

----- A técnica de serviço social, Ana Conceição Sarmento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número mil quinhentos e trinta barra dezanove, de vinte e um de março de dois mil e dezanove emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, constatamos que o pedido da Sr.ª Dina dos Anjos Correia, cumpre com o exigido no ponto 1 do artigo 4.º do Regulamento para Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, uma vez que a média do rendimento *per-capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional.-----

----- Por último cumpre ainda, com *alínea a) e b)* do artigo 7.º, com residência na área do município há pelo menos um ano; e fazer prova da situação de comprovada carência económica”.-----

----- Na sequência da informação prestada pela técnica, o senhor Vice Presidente Evaristo Neves propôs o indeferimento do pedido apresentado, atendendo ao facto de aquando da desocupação da habitação que ocupava no Bairro de Fundo de Fomento, a senhora Dina Correia recebeu uma compensação monetária, a qual não sendo imposta legalmente, constituiu uma forma de apoiar os ocupantes ilegais na procura de nova habitação. Assim sendo, não pode a senhora Dina Correia obter por via do Regulamento supra mencionado outro apoio para o mesmo fim, sob pena de

Reunião de 23 de abril de 2019

duplicação do apoio a conceder.-----

----- Analisada a proposta apresentada, o executivo deliberou por maioria com três votos a favor do senhor Vice -Presidente Evaristo Neves, Joana Silva e Virgínia Vieira e dois votos contra dos vereadores Manuel Cordeiro e Alexandra Machado.-----

----- Os Vereadores Manuel Cordeiro e Alexandra Machado justificaram a sua posição de voto nos termos seguintes: -----

-----"Os vereadores eleitos pela coligação "Todos por Mogadouro" votam favoravelmente a atribuição do subsídio solicitado porque de acordo com a informação técnica anexa ao pedido a Sra. Dina Correia, cumpre o exigido no regulamento para atribuição de subsídios de apoio a estratos sociais desfavorecidos, logo está em condições de que o mesmo lhe seja concedido.

-----Não concordam com as razões apresentadas pelo senhor presidente em exercício porquanto as mesmas baseiam-se num pressuposto errado, isto é, a verba que a munícipe recebeu foi a título de indemnização, e não subsídio para pagar rendas, indemnização esta, que conforme referido por nós em devido tempo é ilegal. -----

-----Aquando da atribuição da indemnização não foi acautelado que a mesma não podia recorrer a outros subsídios apenas que não se pode candidatar a nenhuma casa. A ser assim quando poderia esta senhora solicitar um subsidio?, estaria impedida para todo o sempre do o fazer? ou poderia faze-lo quando acabassem as obras no bairro? eram estas perguntas que gostaríamos de ver respondidas." -----

----14. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO À MELHORIA DO ALOJAMENTO DE FELISBERTO ALEIXO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:-

Foi presente um requerimento de, Felisberto Aleixo, datado de vinte e um de março de dois mil e dezanove, com morada na rua do Ferrol nº14, na freguesia de Vale da Madre deste concelho, registado com o número dois mil oitocentos e trinta e dois barra dezanove, em que solicitou, nos termos do artigo sexto do Regulamento para a Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Mogadouro, apoio à melhoria do alojamento.

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número mil oitocentos e cinquenta e quatro barra dezanove, de nove de abril do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- "Analisada a situação socioeconómica e habitacional deste agregado familiar, o pedido do Sr. Felisberto Aleixo **não cumpre** com o exigido no

Reunião de 23 de abril de 2019

ponto 1 do artigo 4º do Regulamento para a Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, uma vez que a média do rendimento *per-capita* do agregado familiar é superior a 50% do salário Mínimo Nacional, não cumpre, com a alínea b) do artigo 7ª, fazer prova da situação de comprovada carência económica.-----

-----Por ultimo verificamos, que a habitação tem condições normais de habitabilidade e não colocam em perigo a sua saúde, nem interferem com a integridade física, conforme fotografias anexas, logo o pedido de apoio solicitado pelo requerente também não cumpre com o estipulado na alínea b) do ponto 1 do artigo 6º "Apoio à melhoria do alojamento-materiais e eventual mão-de-obra para obras de beneficiação e pequenas reparações, quando as habitações tenham comprometidas as condições mínimas de habitabilidade".-----

-----A Câmara, atendendo ao parecer técnico supratranscrito deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de apoio formulado pelo requerente. -----

----15. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE ASHWANI SHARMA PARA ANULAÇÃO DA DÍVIDA RELATIVA ÀS REFEIÇÕES ESCOLARES DAS DUAS FILHAS DRISHTY E KAVYA ATÉ À ATRIBUIÇÃO DO ABONO DE FAMÍLIA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:-

Foi presente um requerimento de, Ashwani Sharma, datado de vinte e oito de março de dois mil e dezanove, com morada das Eiras nº114, em Mogadouro, registado com o número três mil e quarenta e cinco barra dezanove, em que solicitou a anulação da dívida relativa às refeições escolares das filhas e isenção do pagamento das mesmas até atribuição do abono de família.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois mil e cinquenta e seis barra dois mil e dezanove, de dezassete de abril, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- "Após análise do pedido efetuado pelo Sr. Ashwani Sharma, referente anulação da dívida relativa às refeições escolares das suas filhas, Drishty e Kavya, até à data da deliberação do Executivo Camarário, bem como a isenção do pagamento das mesmas até à atribuição do abono de família às duas menores, verificou-se que o rendimento *per-capita* deste agregado familiar é de 212,71€ (duzentos e doze euros e setenta e um cêntimos), valor inferior a 50% do Salário Mínimo Nacional, estando deste modo perante uma situação considerada de carência económica, segundo o ponto 1 do artigo 4º

Reunião de 23 de abril de 2019

do Regulamento para a Atribuição a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Mogadouro.-----

-----O presente pedido pode enquadrar-se na tipologia de apoio constante na alínea f) ("Apoio orientado noutros domínios, em situações excepcionais, devidamente caracterizadas e justificadas") do ponto 1 do artigo 6ª do mesmo Regulamento.-----

-----O pedido do requerente, cumpre, ainda, com o estabelecido nas alíneas a) e b) do ponto 1 do artigo 7º do Regulamento supramencionado.-----

-----Até à presente data (17 de abril de 2019) as menores Kavya e Drishty têm em débito o valor correspondente a trinta e uma refeições cada uma, que totaliza o montante de 90.52€ (noventa euros e cinquenta e dois cêntimos).-----

----- Visto que, como referido anteriormente, a situação de permanência das menores se encontra regularizada, aguardando neste momento o título de residência, o requerente tem conhecimento de que deve requer nos serviços do Instituto de Segurança Social a atribuição do abono de família para as duas menores, tendo inclusivamente se comprometido a informar os serviços de Ação Social do Município do escalão que lhes for atribuído, entregando documento comprovativo desse mesmo escalão".-----

-----A Câmara, atendendo ao parecer técnico supratranscrito deliberou, por unanimidade, anular a dívida e isentar o pagamento das refeições das menores até lhe ser pago a atribuição de escalão pelo Instituto de Segurança Social.-----

----16. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA EMPRESA AGS, S.A. PARA LIBERTAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA N.º 125-02-1727856 REFERENTE A “PROJETO E EXECUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE BEMPOSTA” – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Foi presente um pedido da sociedade AGS Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A., número mil oitocentos e treze barra dezanove, de cinco de abril da Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente na qual refere que "... tendo em atenção de que o prazo decorrido desde a data da receção provisória (01 de agosto de 2011) até á presente data é superior a cinco anos, feita a sua análise e depois de consultar o processo somos de opinião técnica, que de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o nº 2 do artigo 3º do decreto-lei nº 190/2012, de 22 de agosto, nada obsta a que se aprove o pedido solicitado."-----

-----O executivo, analisada a informação, deliberou por unanimidade, deferir

Reunião de 23 de abril de 2019

o pedido e proceder á libertação da garantia bancária supraidentificada com vista ao seu cancelamento.-----

-----17. DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO SOBRE A COMUNICAÇÃO DA EMPRESA AMBIÁGUA, S.A. DA ENTRADA DO SUBEMPREENHEIRO ERNESTO F. VIEIRA LOPES UNIPESSEAL, LDA. EM OBRA “REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE URRÓS” PARA EXECUÇÃO DA REDE DE COLETORES – DESPACHO AUTORIZADOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO:

Foi presente uma comunicação da sociedade Ambiágua-gestão de equipamentos de Água,SA., adjudicatário na empreitada “Reformulação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Urrós”, a comunicar á Camara Municipal a entrada do subempreiteiro Ernesto F. Vieira Lopes Unipessoal, Ld.^a, em obra, referindo que a presente subcontratação cumpre o exposto no nº 1 e 2 do artigo 383º do CCP, no que diz respeito aos limites da subcontratação não excedendo 75% do valor da adjudicação e que os trabalhos são referentes á execução da rede de coletores, uma vez que a entidade adjudicatária não possui meios nem recursos para fazer este tipo de trabalhos, juntando em anexo os documentos necessários para o efeito.-----

-----O executivo, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho, abaixo transcrito, proferido pelo senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, datado de onze de abril do corrente ano, sob a informação número cento e noventa e três barra dois mil e dezanove, de onze de abril, do chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, Abel Afonso Varandas, na qual emitiu parecer favorável à subcontratação à empresa Ernesto Francisco Vieira Lopes, Unipessoal Ld.^a.-----

-----"Concordo com a informação. Autorizo a subcontratação à empresa Ernesto Francisco Vieira Lopes, Unipessoal Ld.^a.-----

----- Ao Executivo para ratificação."-----

-----18. APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DE NOÉMIA CRISTINA FERREIRA PINTO MACÁRIO PARA CRIAÇÃO DO PRÓPRIO POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:-

Foi presente um requerimento de Noémia Cristina Ferreira Pinto Macário, datado de vinte e dois de janeiro de dois mil e dezanove, registado com o número “2019,EXP,E,GE,152”, em que solicitou, ao abrigo do Regulamento de Apoio



Reunião de 23 de abril de 2019

a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal apoio financeiro à criação do próprio emprego. -----

-----Na sequência do despacho do senhor presidente da Câmara, de vinte e quatro de janeiro dois mil e dezanove, o chefe de gabinete, Aníbal José Moreno, informou, em quinze de abril de dois mil e dezanove, o seguinte: Noémia Cristina Ferreira Pinto Macário, contribuinte nº 220016516, com o NISS: 12017641405, com morada na rua da Cavalinha nº20, 5200-160 Meirinhos, concelho de Mogadouro, solicita apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação do próprio emprego.-----

-----“Analisada a documentação, verifica-se que a requerente se coletou em 03-01-2018, como empresária em nome individual, conforme Declaração de Início de Atividade que apresentou na Autoridade Tributária, com o CAE: 85600 Atividades e Serviços de Apoio à Educação, como atividade principal, cirs:8011 formadores, como atividade secundária e CAE: 47711 COM.RET.VEST.PARA ADULTOS, também como atividade secundária, esta foi acrescentada em 7-12-2018.-----

----- Apresenta também a declaração de compromisso de honra em que se compromete a manter os postos de trabalho pelo período mínimo de cinco (5) anos.-----

-----O pedido de apoio tinha que ser apresentado até 3-07-2018, conforme deliberação do Executivo Municipal de 8-11-2016, em que diz “ o pedido de apoio, nomeadamente para a criação de postos de trabalho, só será considerado se o mesmo for efetuado até 180 dias após a sua criação”, o presente pedido só foi apresentado em 23-01-2019, pelo que não cumpre com o deliberado.-----

-----Não está em condições de ser aprovado o apoio solicitado nos termos do Regulamento e demais deliberações acima referidas, salvo melhor opinião. -----

-----Concordando com a informação supratranscrita, o Executivo deliberou, por maioria com três votos a favor do senhor Vice Presidente Evaristo Neves, Joana Silva e Virgínia Vieira e com dois votos contra dos vereadores Manuel Cordeiro e Alexandra Machado indeferir o pedido de apoio formulado pela requerente.-----

-----Os Vereadores Manuel Cordeiro e Alexandra Machado justificaram a sua posição de voto nos termos seguintes: -----

-----“Os vereadores eleitos pela coligação todos por Mogadouro votam favoravelmente a atribuição do apoio, por quanto a pretensão cumpre o regulamento de apoio financeiro para a criação de iniciativas económicas. O

Reunião de 23 de abril de 2019

regulamento que se encontra publicado em diário da república não menciona nenhum prazo de 180 dias impeditivo para a atribuição do apoio. Se pretende que esta cláusula seja incluída no regulamento, então promovam uma alteração ao mesmo, coloquem o assunto a discussão pública e publiquem. já que a produção de efeitos do regulamento depende da respetiva publicação". -----

-----19. APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DA EMPRESA PLAMIR, LDA. PARA A CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:-----Foi presente um requerimento de Plamir – Comércio de Automóveis Máquinas Agrícolas e Industriais, datado de treze de fevereiro de dois mil e dezanove, registado com o número "2019, EXP, E, GE,422", em que solicitou, ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal apoio financeiro à criação de um posto de trabalho. -----

----- Na sequência do despacho do senhor presidente da Câmara, de um de março dois mil e dezanove, o chefe de gabinete, Aníbal José Moreno, informou, em dezassete de abril de dois mil e dezanove, o seguinte: -----

----- "PLAMIR - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS LDA., contribuinte n.º 505409437, com o NISS: 20003442050, com sede na Reta de Vale da Madre, 5200-217 Mogadouro, União de Freguesia de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei, concelho de Mogadouro, solicita apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação de postos de trabalho. -----

----- Analisada a documentação, verifica-se que a requerente iniciou a atividade em 07-02-2002, conforme Declaração de Início de Atividade que apresentou na Autoridade Tributária, com o CAE: 46610 COMÉRCIO POR GROSSO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, como atividade principal, CAE: 45110, 45200, 46690 e 77310, como atividades secundárias. -----

----- Requer apoio pela criação de um posto de trabalho, apresenta contrato de trabalho sem termo, com o trabalhador, Manuel Filipe Laranjeira Folhento, NIF: 1252132572, NISS: 11910377256, com início em 18/01/2019 e comunicação de admissão à Segurança Social. -----

----- Da consulta das declarações entregues na Segurança Social, verifica-se que de outubro/2018 a dezembro/2018, tinha nove (9) trabalhadores, em janeiro/19 passou a ter dez (10) trabalhadores, onde se inclui o trabalhador contratado sem termo, Manuel Filipe Laranjeira Folhento. -----



Reunião de 23 de abril de 2019

-----Verifica-se a criação líquida de mais um posto de trabalho. -----

-----Apresenta também a declaração de compromisso de honra em que se compromete a manter os postos de trabalho pelo período mínimo de cinco (5) anos. -----

-----Está em condições de ser aprovado o apoio solicitado nos termos do Regulamento, no valor de 4.800,00 euros, devendo ser elaborado o respetivo PROTOCOLO". -----

-----Concordando com a informação supratranscrita, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente. -----

-----Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os critérios definidos no artigo sexto do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, publicado no Diário da República número cento e três, de vinte e oito de maio de dois mil e quinze, aviso número cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro barra dois mil e quinze, com declaração de retificação número quatrocentos e sessenta e cinco barra dois mil e quinze, publicada no Diário da República número cento e onze, de nove de junho de dois mil e quinze, a Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar este empresário na criação de um posto de trabalho, por entender que continuará a contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. -----

-----Mais foi deliberado que o apoio para a criação do posto de trabalho será financeiro, conforme dispõe a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do regulamento municipal enunciado, traduzido no pagamento de um subsídio na importância de quatro mil e oitocentos euros (€4.800,00), regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base.-----

-----20- PEDIDO DE LUÍS FILIPE MARCOS CASTRO A SOLICITAR UMA INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS PROVOCADOS NA SUA VIATURA POR TRABALHOS LEVADOS A EFEITO PELA EQUIPA DE JARDINAGEM DA AUTARQUIA EM FRENTE À EB1 E JF DE MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:– ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:– O Senhor Vice Presidente propôs a retirada do presente assunto da ordem do dia, para ser informado pelos Serviços, com relatos de testemunhas, para posteriormente ser presente em próxima reunião do executivo.-----

-----21.ASSOCIAÇÃO DO PERDIGUEIRO PORTUGUÊS DE GRAÍNHO-SANTARÉM – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA A REALIZAÇÃO DO XIII ENCONTRO NORTE DA ASSOCIAÇÃO DO PERDIGUEIRO PORTUGUÊS EM MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:– Foi

Reunião de 23 de abril de 2019

presente um pedido da Associação do Perdigueiro Português – APP, com sede na rua de Santo António numero quarenta e um, na localidade de Grainho, na cidade de Santarém , datado de quinze de março do corrente ano, registado com o numero “2019,EXP,GE,609”, em que solicitou apoio ao Município para a realização do XII Encontro Norte da APP, a realizar na freguesia de Penas Roias e na vila de Mogadouro, nos dias oito e nove de junho de dois mil de dezanove.-----

-----O Apoio solicitado baseia-se no seguinte: -----

- Seis (6) quartos duplos destinados a Juízes e Direção na Residência de Estudantes em Mogadouro. -----

- Quinze (15) baias para delimitar o espaço da exposição de morfologia.-----

-Disponibilização de um (1) autocarro de forma a realizar uma visita guiada pelo concelho de Mogadouro.-----

-----Analisado o pedido, o Executivo deliberou por unanimidade atribuir um subsídio à referida associação no montante de mil euros (1.000,00€) para a organização do evento e respetivo apoio logístico. -----

-----22. PEDIDO DA COMISSÃO DE FESTAS NOSSA SRA. DO CAMINHO MOGADOURO 2019 PARA UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO E ESTÁDIO MUNICIPAL NO DIA 28 DE ABRIL PARA UM CONVÍVIO DA MORDOMIA COM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS –

ANÁLISE E INFORMAÇÃO:- Foi presente um requerimento da, Comissão de Festas Nossa senhora do Caminho 2019, datado de dezasseis de abril de dois mil e dezanove, com sede na Nossa Senhora do Caminho, em Mogadouro, registado com o numero “2019,EXP,E,GE,726”, em que solicitou a utilização do recinto do parque de campismo e estádio municipal no próximo dia 28 de abril de dois mil e dezanove, bem como a isenção do pagamento de taxas de utilização.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois mil e vinte barra dezanove, de dezassete de março do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico:-----

----- “De acordo com o estipulado no Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais – nº386/2011 de 22 junho, no ponto 1 do artigo 17º (isenções) “poderão ser isentos de pagamento das tarifas e preços previstos, nos artigos, 9º,10º e 12º da Tabela anexa, por deliberação dos Órgãos Municipais competentes: as entidades ou indivíduos em casos excecionais, devidamente justificados e comprovados pelos Serviços da Câmara Municipais”.-----



Reunião de 23 de abril de 2019

-----Deste modo, e considerando o anteriormente referido, poderá, caso a Excelentíssima Câmara assim o entenda, deliberar isentar a Comissão de Festas suprarreferida quanto ao pagamento das tarifas de utilização do Estádio Municipal, constante no artigo 12º da tabela de tarifas e preços, uma vez que se trata de uma entidade sem fins lucrativos e que visa a continuidade das festividades religiosas, permitindo manter a tradição de reunir os seus fieis e devotos.-----

-----Relativamente ao pagamento das tarifas de utilização do Parque de Campismo, constante no Artigo 5º da mesma tabela de tarifas e preços, a Excelentíssima Câmara, caso assim o entenda, isentar a referida comissão de Festas também neste pagamento, considerando o estipulado no ponto 2 do Artigo 17º do Regulamento anteriormente referido, onde consta que "Por deliberação da Câmara Municipal de Mogadouro, devidamente fundamentada, pode ser criadas novas isenções".-----

-----Assim, considerando o anteriormente exposto, não vemos qualquer inconveniente á utilização, e isenção de tarifas, dos referidos espaços, no dia solicitado".-----

---- A Câmara, atendendo ao parecer técnico supratranscrito deliberou, por unanimidade, autorizar a utilização do Parque de Campismo e Estádio Municipal bem como a isenção do pagamento das tarifas dos referidos espaços nos dias solicitados.-----

FORMAS DE VOTAÇÃO: - O senhor vice presidente Evaristo Neves, não esteve presente no momento da análise e votação deste assunto, por se considerar impedido, cumprindo o disposto no n.º 4 do artigo 31.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e ainda o n.º 6 do artigo 55.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por fazer parte daquela comissão de festas.-----

----23. PEDIDO DE COLABORAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MOTARD "OS TEMPLÁRIOS" PARA O PLANO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO-ANÁLISE E INFORMAÇÃO:

Foi presente um pedido de apoio da direção da Associação Motard Os Templários, datado de vinte e dois de fevereiro do corrente ano, registado com o numero "2019,EXP,E,GE,431", na qual anexou o plano de ação e orçamento para o ano de 2019.-----

-----A técnica de serviço social, Ana Sarmiento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número mil

Reunião de 23 de abril de 2019

quinientos e dezoito de vinte e um de março corrente, emitiu o seguinte parecer:-----

-----“A associação Motard “Os templários” contribuinte nº 505764245, com sede em Mogadouro, solicitou também apoio económico a V. Exa, para implementação do seu Plano de Atividades para o ano de 2019. -----

-----Referenciam para o efeito os documentos necessários à instrução do pedido conforme o estipulado no artigo 5º do Regulamento Municipal para Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, procedendo também à informação sobre a consulta à Fazenda Pública. -----

-----Dado que esta Associação foi apoiada com um subsídio de 2.000,00 euros, (dois mil euros), em 2018, deliberado em reunião do Executivo Camarário de 27 de março de 2018, sobre a nossa informação nº464/2018 de 13/03/2018 e a pagar em duas prestações, de acordo com o estipulado no Regulamento atrás referenciado, deverá esta Associação dar cumprimento ao estipulado nos pontos 1,2,3 e 4 do artigo 9º (Avaliação da Aplicação de Subsídios) do capítulo III – Das formas de financiamento e avaliação da aplicação dos subsídios), remetendo ao Município no prazo legal, os documentos referenciados neste Artigo sem os quais não deverá ser processada atribuição de apoios económicos para o presente ano de 2019.”--

-----Na sequência da informação prestada pela técnica, e atendendo ao facto de que a Associação cumpriu o artigo 9º do Regulamento, com a apresentação do relatório de contas à imagem dos anos anteriores, o senhor Vice Presidente Evaristo Neves propôs a atribuição de um subsídio à Associação Motard “Os Templários” no montante de 2.000,00€ (dois mil euros) a ser pago em duas prestações com início no mês de maio e agosto do presente ano após cabimentação da respetiva verba pelos serviços de contabilidade.-----

-----Analisada a proposta apresentada, o executivo deliberou por maioria com três votos a favor do senhor Vice -Presidente Evaristo Neves, Joana Silva e Virgínia Vieira e dois votos contra dos vereadores Manuel Cordeiro e Alexandra Machado.-----

-----Os Vereadores Manuel Cordeiro e Alexandra Machado justificaram a sua posição de voto nos termos seguintes: -----

-----“A Informação 1518/2019 diz que a Associação em causa não cumpriu as suas obrigações no que respeita ao Subsídio que lhe foi concedido em 2018. É dito que “deverá esta associação dar cumprimento ao estipulado nos pontos 1, 2, 3 e 4 artigo 9º (Avaliação da aplicação de subsídios) do Capítulo III – Das Formas de financiamento da aplicação dos subsídios, remetendo ao

Reunião de 23 de abril de 2019

Município no prazo legal, os documentos referenciados neste artigo, sem os quais não deverá ser processada a atribuição de apoios económicos para o presente ano de 2019”-----

-----Mesmo que a Associação tenha entregue os documentos referidos, votaremos contra a atribuição do subsídio solicitado. Se o Município não tivesse pedido, os documentos não tinham sido entregues. -----

-----Também sou de opinião de que o Executivo tem que elevar o nível de exigência às Associações que pedem apoios para as suas atividades. -----

-----Nem vou comentar o plano de atividades da associação em causa, mas considero-a muito fraco e não adequado ao tipo de atividades que se espera de uma associação destas. De realçar também que o pedido foi dirigido à Assembleia Municipal e não à Câmara Municipal”. -----

----- **PAGAMENTOS:** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre o dia nove de abril e vinte e três de abril na importância de quatrocentos e treze mil, quinhentos e vinte e cinco euros e sessenta e um centimos (€ 413.525,61).-----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor vice presidente encerrado a reunião pelas dez horas e trinta minutos, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu *Henriqueta*, Técnico Superior, António Luís Moreira, redigi e subscrevi: -----

António Luís Moreira

